

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS**  
**PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR – 4.ª edição (2014-2015)**

JANAÍNA DE MATTOS DA SILVA

**OS DESAFIOS VIVENCIADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO  
DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

PORTO ALEGRE

2015

Janaína de Mattos da Silva

OS  
DESAFIOS VIVENCIADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE  
INTERVENÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Professor(a): Cleusa Conceição  
Terres Schuch

PORTO ALEGRE

2015

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo promover uma ação transformadora dentro da Instituição, ou seja, um plano de intervenção, tendo como foco a elaboração do PPP. A proposta visava integrar família e escola em sua construção. Essa escola de educação infantil iniciou suas atividades em abril do ano de 2014, não teve tempo hábil para a construção do PPP com a comunidade escolar. A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) é fundamental no planejamento das instituições escolares independente da sua modalidade de ensino, através dele, a escola idealiza suas estratégias e objetivos e quais os caminhos a percorrer para atingi-los, com o objetivo de definir a identidade da escola, e promover uma educação de qualidade, construindo uma proposta coletiva de PPP, o presente trabalho será fundamentado em alguns dos autores: GADOTTI (2004), VEIGA (1998, 2004), BASTOS (2005), FREIRE (1987) e outros oportunizados no curso, teremos como metodologia a pesquisa ação. Os resultados obtidos até o momento apontam um avanço real na participação de todos os educadores da instituição e uma maior participação e integração de todos os segmentos oportunizando maior dialogo, envolvimento e pertencimento.

Palavras chave: Projeto político pedagógico. Projeto de intervenção. Gestão Democrática

## **ABSTRACT**

This study aimed to promote a transforming action within the institution, that is, an action plan, focusing on the preparation of the PPP. The proposal aimed to integrate family and school in its construction. This school of early childhood education began operations in April of 2014, had no time to build the PPP with the school community. Construction of the Pedagogic Political Project (PPP) is fundamental in the planning of independent educational institutions of their mode of education through him. School idealizes their strategies and objectives and which ways to go to meet them, in order to define the school's identity, and promote quality education, building a collective proposal for PPP, this work will be based on some of the authors: GADOTTI (2004), VEIGA (1998, 2004), Bastos (2005), Freire (1987) and other oportunizados the course, as we approach the search action. The results obtained so far indicate a real advance in the participation of all teachers of the institution and greater participation and integration of all segments providing opportunities for greater dialogue, involvement and belonging.

Key words: political pedagogical project. Intervention project. Democratic Management

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DA PESQUISA</b> .....	6
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	8
1.1 <i>REFLEXÕES SOBRE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO</i> .....	8
1.2. <i>GESTÃO DEMOCRÁTICA</i> .....	12
1.3. <i>PRÁTICA EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA</i> .....	15
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	16
<b>3. AÇÕES ANÁLISADAS</b> .....	18
3.1. <i>DESAFIOS VIVENCIADOS</i> .....	24
<b>4. CONSIDERAÇÕES</b> .....	26
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	29
APENSO.....	30
ANEXOS.....	31

## **APRESENTAÇÃO DA PESQUISA**

No presente capítulo, explano o ponto de partida que fomentou este trabalho de acordo com os desafios vivenciados na gestão, bem como, a proposta de melhorias na Instituição por meio de uma construção coletiva de Projeto Político Pedagógico.

Dessa forma encaminhou-se esta investigação segundo as seguintes perguntas norteadoras: *Como envolver segmentos diversos na elaboração do PPP? Qual forma utilizar para que as famílias possam contribuir com opiniões no PPP da escola? Como construir um questionário para ser aplicado nas famílias? O que utilizaremos para nortear o PPP da escola?*

O objetivo geral do trabalho busca contribuir para a discussão do conceito de Gestão democrática e a importância dela no contexto educacional.

Os objetivos específicos deste trabalho são: (1) realizar revisões bibliográficas sobre a questão de gestão democrática, conceito de PPP; (2) realização de reuniões e formações com segmentos distintos da comunidade escolar; (3) realizar análises destes dados, buscando a implementação de um Projeto Político Pedagógico que denote a identidade da escola, bem como da comunidade escolar.

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho fomentou uma ação transformadora dentro da Instituição, ou seja, um plano de intervenção, tendo em vista, a ausência do Projeto Político Pedagógico, a construção do (PPP) é fundamental no planejamento das instituições escolares independente da sua modalidade de ensino. Através dele a escola idealiza suas estratégias e objetivos e quais os caminhos a percorrer para atingi-los. Com o término das atividades no ano de 2014, a Equipe Diretiva e Pedagógica junto com o grupo e comunidade escolar, refletem sobre a ideia de traçar a Construção do PPP para o ano de 2015 com o objetivo de construir uma proposta coletiva de Projeto Político Pedagógico, elaborando hipóteses de diálogos e tentativas de entrevistas com todos os segmentos e questionário de pesquisa para que as famílias participem ativamente da construção, desta forma sujeitos da educação, para assim

definir a identidade da escola, e caminhos a seguir para promover uma Educação de qualidade.

Esta Instituição iniciou como uma escola comunitária e filantrópica que tinha como objetivo o atendimento a crianças de 0 a 6 anos com caráter assistencial, a sociedade foi fundada em 1987, mas somente em 1992 que a mesma teve suas dependências inauguradas e com início de funcionamento, desde esta época, cresci nos corredores desta Instituição e acompanhei esse processo.

Após data do falecimento da diretora em 2003, a instituição passou por muitas dificuldades, por se tratar de entidade filantrópica sem fins lucrativos não disponibilizava de verba para a manutenção de todos os recursos, apenas auxílio de alguns pais. No ano de 2008, junto com a Direção da época procuramos a Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul para Municipalizar a Instituição, o acordo foi firmado nesta época e a escola durante quatro anos ficou em período de tramites burocráticos e obra de ampliação e reforma.

A escola foi Municipalizada no ano de 2013 e teve inicio de suas atividades no dia 04.04.2014, tendo como modalidade de ensino a etapa de Educação Infantil (0 a 5 anos e 11 meses), a Comunidade fica localizada em um bairro com característica de trabalhadores com situação de baixa renda; atualmente atende 204 crianças.

Quadro de 56 funcionários abaixo descritos:

<b>Equipe Diretiva</b>	<b>Equipe Pedagógica</b>	<b>Docentes</b>	<b>Terceirizados</b>	<b>Educadores assistentes</b>
01 Diretora (40h semanais)	01 Orientadora Pedagógica (20h semanais)	14 Professores (40h semanais)	04 Manipuladoras (cozinha) (40h semanais)	14 atendentes de Educação Infantil (30 h semanais- manhã)
01 Vice-Diretora (40h semanais)	01 Orientadora Educacional (40h semanais)		02 Funcionárias de limpeza (40h semanais)	15 atendentes de Educação Infantil (30 h semanais- tarde)

02 Secretários (40h semanais)			01 Porteiro (40h semanais)	
----------------------------------	--	--	-------------------------------	--

Teremos como fundamentação alguns autores entre eles: GADOTTI (2004), VEIGA (1998, 2004), BASTOS (2005), FREIRE (1987) e outros oportunizados no curso, os referidos teóricos embasam a importância do processo democrático, bem como explicitam a necessidade do Projeto Político Pedagógico para as Instituições, ainda, tivemos como metodologia a pesquisa ação. Os resultados obtidos até o momento apontam um avanço real na participação de todos os educadores da instituição e uma maior integração da comunidade escolar no processo, foram muitos os desafios vivenciados na implementação do Projeto Político Pedagógico, todas as ações desenvolvidas estabeleceram um processo construtivo de democracia na Instituição. O trabalho está distribuído abordando o contexto escolar da Instituição; embasamento teórico; processo democrático; desafios vivenciados na construção da proposta pedagógica, prática educacional democrática. metodologia, ações desenvolvidas, análise dos resultados e por fim considerações finais.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### *1.1 REFLEXÕES SOBRE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO*

O termo projeto vem do latim *projectu*, sentido etimológico, que significa lançar adiante. Plano intento, empresa, empreendimento, desígnio (Ferreira 1975, p.1.144).

Ao elaborarmos os projetos políticos pedagógicos em nossas escolas, planejamos o que pretendemos fazer, de realizar, nas palavras de GADOTTI:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar – se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função. De uma promessa que cada projeto contém de estado melhor que presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores . (1994, p. 579).

Assim o PPP, vai além de um plano de ensino e de atividades variadas, a proposta pedagógica é construída e vivenciada em todos os momentos, com todos os sujeitos envolvidos no processo educativo da Instituição.

O Projeto busca um novo caminho, uma linha a ser seguida, é uma ação intencional com um compromisso participativo definido por vários atores, portanto o PPP também é uma proposta política no sentido do compromisso com a formação do cidadão para a sociedade.

O Projeto Político Pedagógico é dividido em duas modalidades organização da escola no geral e organização da sala de aulas, de tal forma que preserve a totalidade do espaço educativo. A possibilidade de construir o PPP é o início da autonomia da escola, com a capacidade de construir sua própria identidade, desta forma transformar a escola no espaço público, com diálogo e reflexões coletivas que a premissa seja a visão da totalidade.

O PPP é a organização do trabalho pedagógico da Instituição, espelha na organização da sociedade como um todo, portanto a escola é uma instituição social.

Muitas instituições buscam no contexto almejar uma educação igualitária, em que todos os agentes envolvidos na escola participam ativamente das decisões e alternativas para melhoria da prática escolar. Portarias e legislação vigente são linhas a serem seguidas para nortear o caminho a ser percorrido em tal busca. Um desses normativos, é a elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP.

VEIGA (2013) afirma que:

O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o projeto político-pedagógico constitui-se em uma tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A estes cabe o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, contando com a valiosa participação de todos. (VEIGA, 2013, p.85).

O PPP é o documento que rege a escola e oferta alternativas a seguir na busca por melhorias na prática educativa, por intermédio dele a escola se auto define com identidade própria. Ainda, de acordo com a autora, existem vários caminhos para construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o

percurso possível trilhado em cada uma das escolas. No referido texto são apontados três movimentos básicos desse processo de construção do PPP denominados pela autora de: Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional.

O objetivo do Ato Situacional é apreender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos e contradições, fazer seu diagnóstico e definir onde é prioritário agir. Na instituição, objeto dessa pesquisa, buscou investigar o funcionamento e quais os problemas vivenciados, para tanto, foi necessário muito diálogo, avaliação, observação e junto com a comunidade escolar, traçar estratégias de melhorias. No Ato Conceitual, a escola discute a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando a um esforço analítico da realidade constatada, portando é fundamental o conhecimento prévio e aprofundamento constante de Educação, sobre a visão da escola de hoje, atualização constante de currículo, novas práticas de ensino aprendizagem, e cabe a Instituição promover tais conhecimentos ao grupo de trabalho. O Ato operacional, se refere às atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas. Implica a tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente.

Os movimentos de acompanhamento e avaliação devem seguir todos os atos, de forma a possibilitar a implementação de decisões coletivas, bem como introduzir novas questões e propostas de ações. A avaliação é também uma responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção do PPP, devido a tal movimento a escola visa fomentar ações que envolvam a integração de todos na premissa da Educação construtiva, buscando alternativas de participação de todos.

O preenchimento de pesquisa avaliativa é uma opção para integrar a participação de todos para almejar melhorias com eficácia. Já é de praxe da escola no final de cada ano letivo aplicar avaliação de setores na comunidade escolar com intuito de avaliar o trabalho realizado de maneira crítica, mas construtiva, no qual todos os sujeitos envolvidos são avaliadores e também avaliados, até o presente momento a Instituição utiliza apenas avaliação de setores, mas a idéia coletiva é utilizar esta ferramenta avaliativa de forma que contribua também com a proposta de PPP e outros assuntos.

No que se refere ao trabalho coletivo no geral das Instituições, Bastos (2005) esclarece que:

[...]não basta democratizarmos a gestão das escola, mas todas as suas práticas cotidianas. Certamente o democrático não pode ficar restrito aos espaços da gestão. As aulas, o projeto pedagógico da escola, as atividades culturais, as relações dos alunos entre si e com seus professores/as e funcionários/as, as relações da escola com outras escolas e com a Secretaria de Educação, com o bairro e com a cidade, as comunicações pedagógicas, enfim tudo que diz respeito à construção da experiência de novos saberes são mediados por práticas que podem sofrer profundas modificações na medida em que os sujeitos saiam de seu isolamento e construam grupos, redes ou núcleos. Em toda e qualquer atividade prática os sujeitos podem se organizar democraticamente, desde que essa atividade prática se proponha a interferir na escola ( BASTOS (2005, p.35)

Desta forma, as escolas contemporâneas podem contar com a democratização da gestão, em que todos os sujeitos da escola participam ativamente das tomadas de decisões, assim trabalham coletivamente e se tornam responsáveis pelo todo “escola”. Após análise sobre a importância do PPP, sua principal finalidade, os caminhos a percorrer, os três princípios para sua construção, a necessidade da participação democrática, destaco o dialogo como premissa para todos os itens já descritos:

Para FREIRE (1987) , o diálogo verdadeiro se faz a partir dos seguintes princípios fundamentais: o amor, a humildade, a fé nos homens e pensamento crítico. Não se trata, neste caso, de se romantizar os embates implícitos á construção de relações horizontalizadas entre os sujeitos, mas de se considerar a condição de que esse processo se dá na relação entre os sujeitos, diante dos conflitos característicos de sua condição humana. O autor evoca o amor como compromisso que se deve assumir com a causa da libertação dos homens das relações de opressão que invisivelmente se estabelecem em nossa sociedade e que fazem ao oprimido parecer que é legítima a opressão a que é submetido. Não se trata, portanto, do amor romântico ou de ato de ingenuidade, mas de um compromisso de assumir riscos por um objetivo que transcenda exclusivamente o benefício pessoal.

Ressalto que de certa forma, a busca pelo dialogo, propor trocas é possível, mas chegar ao consenso de ideias e objetivos é quase que impossível, necessita de amadurecimento humano dos sujeitos envolvidos, que deveram visualizar e

contextualizar o que é melhor para os alunos, como alcançar uma educação mais digna e de qualidade, e esta busca influenciara no trabalho de cada um.

Esse amadurecimento denota pensarmos enquanto Instituição e o que traçar de melhorias para nossas crianças, por vezes, essa busca acarretará maior carga de trabalho, maior envolvimento, rupturas de convicções pessoais.

## 1.2. *GESTÃO DEMOCRÁTICA*

O envolvimento da comunidade escolar na participação do planejamento da escola, bem como, em seus aspectos educativos, nos traz a idéia de construção coletiva na busca por uma Educação de qualidade, é papel dos gestores de escolas fomentarem tais ações motivadoras para propor diálogos, trocas, construções de idéias com todos os sujeitos da educação. Para tanto a gestão da educação por intermédio de tais ações fortalecera os segmentos da escola, desta forma favorecendo as vivências democráticas.

LUCE e MEDEIROS\_2006 salientam:

Entende se, nesta perspectiva, a democracia como forma de aperfeiçoamento da convivência humana, construída histórica e culturalmente, que deve reconhecer e lidar com as diferenças, ser inclusiva das minorias e das múltiplas identidades, implica ruptura com as tradições e busca a instituição de novas determinações (LUCE; MEDEIROS, 2006, P.16).

Nesse sentido, refletimos sobre a necessidade da colaboração dos sujeitos de todos os segmentos da escola sejam eles funcionários, docentes, alunos, pedagógico e famílias. Cada um destes contribuirá tendo a visão de escola, pensando em agregar o seu segmento como participante na busca por uma escola transformadora. Unificando todos os ideais nos aproximaremos de uma escola realmente democrática.

GADOTTI (2004) salienta que a gestão democrática não deve ser entendida como a resolução de todos os problemas do ensino ou da educação,mas a mobilização da sociedade em torno de uma proposta de gestão democrática, assim como os diversos processos, é apenas o inicio da transformação de um processo educativo. A partir do momento que a escola fomenta construção do Projeto Político Pedagógico coletivamente, este é uma ferramenta grandiosa de democratização entre Instituição de ensino e comunidade escolar. Para VEIGA (2004):

O ponto que nos interessa reforçar é que a escola não tem mais a possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita normas e exerce o controle técnico-burocrático. A luta da escola é pela descentralização em busca de sua autonomia e qualidade (VEIGA, 2004, P.17).

De acordo com a fundamentação do referido autor, podemos lembrar a escola antiga, na qual era bem comum a elaboração mecânica de documentos, criados dentro de gabinetes fechados de forma autoritária e centralizadora, sendo alguns documentos normativos e como parâmetro de regras de forma até mesmo arbitrária. A educação a passos lentos vem construindo avanços significativos e um deles é a transformação da gestão participativa, por intermédio da democratização, essa é uma conquista da própria sociedade.

GADOTTI (2004, p. 92) afirma: “sua implementação é hoje, uma exigência da própria sociedade quando enxerga como um dos possíveis caminhos para democratização do poder da escola e na própria sociedade.

A sociedade vislumbra a escola como espaço transformador, que se pensarmos a escola como berço da cidadania, quanto mais coletiva e com aspectos da diversidade, mais críticos do mundo serão os futuros cidadãos.

Saliento a participação das famílias como fundamental no processo de construção dessa nova escola, assim consolidam a defesa da escola pública como patrimônio da sociedade, no que remete a maior efetivação do acesso a educação, aprendizagem significativa do aluno e emancipação do ser humano como cidadão reflexivo.

As instituições escola e família são frutos da sociedade que, por meio delas, educa, socializa e civiliza os cidadãos em prol de seu desenvolvimento. Como produções sociais, tanto a escola como a família são instituições educativas e sofrem constantemente, modificações de acordo com as finalidades e exigências socioeconômico, político e cultural que produzem (RESCIA; GENTILINE, 2006, P.5)

Esses autores nos permitem refletir sobre a importância do papel da família e escola na vida de nossas crianças, que ambas são instituições formadoras do desenvolvimento de cidadãos. Segundo MARSHALLI (1996) todos os homens tem direito a cidadania, destacando os direitos característicos de processos sócio-históricos, civis, políticos e os sociais.

Nos direitos civis estão associados a liberdade individual, liberdade de imprensa, pensamento e fé.

São de direitos civis a garantia de outros direitos, já no que se refere ao direito político denota o caráter da democracia e a participação do exercício da política por parte de todos.

Os direitos sociais estão associados promover a igualdade social e econômica e desta forma promover o bem estar da população.

No que tange o bem estar estão associados demais direitos “ a assistência social e escola pública”.

Desta forma o direito a educação esta vinculado em todos os aspectos nas bases dos direitos sociais, civil e política.

Para MARSHALL (1997) “O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva”, neste contexto é também função da escola através da escolarização contribuir de forma significativa na construção dos sujeitos, assim formar cidadãos críticos para a sociedade.

No que se refere à educação como um direito. a educação de forma normativa iniciou através da Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), que atende aos Princípios Fundamentais que foram inscritos nessa Carta Magna. No qual garante em termos como fundamentos do Estado democrático, dentre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Outro importante instrumento legal para a afirmação do Direito à Educação no Brasil é a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB 9394/96). Em consonância com a Constituição Federal, estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública. Ainda o acesso gratuito aos diversos níveis e às modalidades de ensino: Educação Infantil, Pré-escola, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Ensino médio.

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) reafirma esse direito. Nele, a cidadania de crianças e adolescentes é inseparável do direito de frequentar a escola, de nela ser respeitado e de nela participar ativamente dos

processos destinados à sua formação, seja de caráter pedagógico, seja de grandeza política.

Portanto o Estado tem avançado significativamente promovendo políticas públicas no âmbito da educação que visam à garantia do direito à educação. Mas é um trabalho que demora a aparecer, pois não adianta a oferta da educação se ela é fraca e falha, investimento em educação de qualidade é o caminho para o avanço, a educação vem tomando uma proporção grande na área dos projetos que envolvam a democratização do ensino.

### 1.3. *PRÁTICA EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA*

A democratização da escola pública esta cada vez mais próxima das realidades Institucionais, desta forma desafogaria grandes angústias vivenciadas nas escolas, a partir do momento que há a real democratização, ou seja, a partilha do poder dos dirigentes com o restante da comunidade escolar e desta forma todos sujeitos das tomadas de decisões da Instituição.

Alguns indicadores da escola participativa são institucionalização: (conselho de escola, associação de pais e mestres, grêmio estudantil, conselho de classe); implementação relativas à escolha democrática dos diretores; e as que dizem respeito a iniciativas que estimulem e facilitem, por outras vias, o maior envolvimento de alunos, professores e pais nas atividades escolares. A escola que atuo como diretora, por se tratar de uma escola nova na rede municipal necessitou de imediato a institucionalização primeiramente do Conselho escolar, diferentemente do que ocorre na maioria das Instituições, nosso conselho foi implementado de forma democrática sem direcionamento de pessoas ou membros, a composição foi paritária de forma eletiva. Foi fundamental para auxiliar na tomada de decisões de cunho pedagógico e de pequenas ações para angariar fundos. O município de Sapucaia do Sul valoriza bastante o Conselho escolar de todas as escolas da rede, desta forma, são solicitadas via secretaria que a maioria das ações da Instituição tenham assinatura dos membros do Conselho escolar, ex: aprovação do calendário letivo, ata de pagamentos de pontes, fiscalização de pequenas aquisições, livro caixa, decisões pedagógicas etc. Para o avanço da escola a parceria entre direção e

conselho estão sendo fundamentais, a escola quando visa almejar novos avanços ganha força com o conselho escolar. Em Paro (2001):

“Com esse conselho diretivo, provido de forma eletiva, atender-se-ia à necessidade de não se deixar nas mãos apenas de uma pessoa a direção, que assim teria melhores condições de negociação com os escalões superiores, sem a característica de bode expiatório que tem hoje o diretor sobre o qual cai a responsabilidade de todo o funcionamento da escola. Supõe-se que, quatro pessoas (em vez de uma), agora representando o interesse de toda uma comunidade, tenham mais força para fazer valer a importância de suas reivindicações diante do Estado.” (PARO, 2001, p. 84).

Ainda estamos em processo da implementação da Associação de Pais e Mestres, pois sua institucionalização requer recursos financeiros para da entrada em cartório e assinatura de profissionais, tais como contadores e advogados, já ocorreu a eleição agora estamos na parte do cartório. Quando a escola tiver a APM quer contar não apenas de uma unidade para gerir recursos financeiros e sim como mais um elo de parceria para fortificar ainda mais os laços entre escola e comunidade.

Mesmo ressaltando todos os avanços que a Educação teve em se tratando de autonomia com os novos parceiros da escola, ainda existe o retrocesso do Estado como oponente maior na democracia participativa, pois algumas decisões por mais que se tenha todo esse engajamento da construção coletiva, às vezes nos deparamos com decisões arbitrárias.

Muito avançamos, mas as decisões centralizadoras ainda existem e perpetuam e acabam atropelando todo o avanço democrático.

## **2. METODOLOGIA**

Teremos como linha de trabalho a pesquisa – ação, com tal perspectiva que ambas possam trilhar juntas e promover a transformação pretendida.

A pesquisa - ação é uma forma de investigação e avaliação através da análise de resultados coletados através de instrumentos variados de pesquisas, ainda, pesquisar significa de forma simplificada, procurar respostas para as indagações propostas, para que desta forma possa se buscar alternativas para serem aplicadas (ação) almejando melhorias no contexto.

A pesquisa aplicada para obtenção da investigação será, através de elaboração de questionário a ser aplicado na comunidade escolar, desta forma as famílias participaram mesmo que por vezes não participando de reuniões; teremos reuniões mensais em calendário escolar que serão utilizadas para o diálogo e reflexão para construção da proposta, dentre tais reuniões com grupos distintos pedagógico, conselho escolar, docentes, funcionários utilizamos algumas para levantamento de dados e análise de dados, de forma crítica e construtiva.

Etapas :

- ✓ Reunião Equipe Diretiva e Pedagógica;
- ✓ Reunião com grupo de docentes;
- ✓ Reunião com grupo de funcionários;
- ✓ Reunião com Conselho escolar;
- ✓ Aplicação do questionário nas famílias; – situação socioeconômica, perfil da comunidade (participação), composição do grupo familiar, projetos de interesse das famílias.
- ✓ Levantamento de dados;
  - ✓ Análise dos resultados;
  - ✓ Construção do PPP.

Optamos por reuniões com os diversos segmentos com o objetivo de envolver os representantes do segmento pais do Conselho escolar e APM; assim, propor diálogos construtivos com os diversos grupos; por meio do questionário. Para FRANCO (2005, p. 485 e 486) conceitua três linhas diferentes de pesquisa – ação:

a) quando a busca de transformação é solicitada pelo grupo de referência à equipe de pesquisadores, a pesquisa tem sido conceituada como pesquisa-ação colaborativa, em que a função do pesquisador será a de fazer parte e cientificizar um processo de mudança anteriormente desencadeado pelos sujeitos do grupo; b) se essa transformação é percebida como necessária a partir dos trabalhos iniciais do pesquisador com o grupo, decorrente de um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas,

essa pesquisa vai assumindo o caráter de criticidade e, então, tem se utilizado a conceituação de pesquisa-ação crítica; c) se, ao contrário, a transformação é previamente planejada, sem a participação dos sujeitos, e apenas o pesquisador acompanhará os efeitos e avaliará os resultados de sua aplicação, essa pesquisa perde o qualificativo de pesquisa-ação crítica, podendo ser denominada de pesquisa-ação estratégica.

Sob essa perspectiva, nossa realidade utilizará o conceito b), ou seja, perceberemos a necessidade de construir de forma sustentada a partir dos diversos posicionamentos de forma cautelosa democrática, mas que denota um processo de reflexão com criticidade, pesquisa-ação crítica.

Kincheloe (1997) afirma que a pesquisa ação, que é crítica, rejeita as noções positivistas de racionalidade, de objetividade e de verdade e deve pressupor a exposição entre valores pessoais e práticos. Isso se deve em parte porque a pesquisa-ação crítica não pretende apenas compreender ou descrever o mundo da prática, mas transformá-lo. Nessa reflexão podemos compreender que a pesquisa ação crítica, ultrapassa a idéia de valores culturalmente enraizados, busca a construção almejando a real transformação. Assim, a caminhada percorrida para almejar uma proposta colaborativa de PPP teve como foco fundamental almejar a transformação da Instituição na busca por melhorias no âmbito escolar.

### **3. AÇÕES ANÁLISADAS**

O Projeto de intervenção da escola vem a cada dia contribuindo de forma significativa na necessidade da escola.

Desde outubro do ano de 2014 a equipe diretiva vem buscando referenciais teóricos para se embasar no Projeto de Intervenção, na reunião do dia 19/02/2015 com o grupo foi iniciado o diálogo de estratégias para elaboração do PPP, a primeira dificuldade foi chegar a um denominador comum com o grande grupo sobre como envolveríamos as famílias na participação.

Surgiram várias idéias nesse primeiro encontro com o grupo todo, algumas das sugestões para envolvimento das famílias seriam:

- ✓ Envolver os representantes do segmento pais do Conselho escolar e APM;
- ✓ Propor diálogos construtivos com o grupo docente;
- ✓ Promover momento de integração com os pais mais presentes;

- ✓ Integrar demais segmentos a conhecerem e contribuírem com ideias e sugestões;

Além dos itens listados acima também ficou definido aplicar questionário de pesquisa em todas as famílias, pois desta forma envolveríamos o maior número de pessoas possíveis, mesmo sabendo que o trabalho para levantamento de dados e análise dos resultados seria intenso.

Na reunião do mês de março foi traçado como seguiríamos o cronograma sobre o passo a passo da Construção do PPP, nossa escola encontra-se em período de adaptação inclusive com os profissionais da escola, quando a escola iniciou suas atividades em abril de 2014, o grupo de profissionais que foram disponibilizados para trabalharem na escola, foram e são profissionais recém chegados de concurso público com início de carreira na Educação, portanto não possuem o pertencimento de escola e de educação, o que dificulta bastante o diálogo nos poucos encontros que tivemos, é visível o egocentrismo da parte de cada segmento nos diálogos, cada um pensando no que é mais fácil para a sua categoria, e por vezes esquecendo do aluno e da Instituição.

Na reunião de equipe diretiva e pedagógica foram elaboradas as laminas em Power Point e algumas citações pertinentes a Gestão Democrática e autores para passar nas reuniões como base reflexiva para construção.

Na reunião de abril Equipe Diretiva, Pedagógica e Conselho escolar elaboraram esboço simples de títulos e subtítulos de PPP.

A maior dificuldade encontrada foi tempo justamente por ter um grupo ainda tão complexo, e por vezes sem perfil de Educação infantil, nossos encontros e reuniões ocorreram mensalmente, com datas de formações estipuladas pela SMED em calendário escolar. São empecilhos que nos impossibilitam de construir com maiores trocas reflexivas o papel da democracia.

Vemos também aspectos positivos muitas idéias surgem do grande grupo, mas o tempo infelizmente limita.

O envolvimento de todos é visível, falta direcionar para a proposta do bem maior, o que denota auto reflexão do papel de cada um enquanto educadores, formadores e responsáveis pelos próximos cidadãos.

A reunião do dia 29/05/2015, passamos para o grupo os títulos e subtítulos, fundamentação e autores e construímos juntos o questionário para ser aplicado nas famílias.

A escola buscou através de todos os encontros, reuniões e formações pedagógicas abordar o diálogo como processo construtivo do caminho a ser percorrido, tivemos muitas dificuldades de propor certos momentos, pois diferentes de escolas fundamentais ou de nível médio, a educação infantil é mais intensa, o nosso horário de atendimento é das 7h as 18h sem interrupção, portanto a escola sempre encontra-se em movimento, o que dificultou muitas trocas e momentos de diálogo, no entanto as datas previstas no calendário escolar de reuniões e formações como já citado acima são respeitadas apenas para tais oportunidades construtivas.

Portanto, estar aberta a sugestões, críticas, posicionamentos denota escuta ativa, e a partir do aparato vivido, reiniciar defendendo o que a democracia construiu.

Foi a partir das primeiras reuniões do grupo diretivo e pedagógico que foram traçados o cronograma e de que forma almejaria integrar a comunidade escolar na participação da elaboração do PPP da Instituição, ocorreram duas reuniões de equipe diretiva e pedagógica. Na primeira, decidiram quais os teóricos embasariam os trabalhos, definiu se por utilizar os diversos teóricos abordados no curso de especialização em Gestão escolar, na segunda reunião montou se um esboço dos tópicos principais de um PPP e um calendário de reuniões para deliberar com os demais segmentos da comunidade escolar.

Na reunião com o grupo de docente utilizamos o Regimento escolar, a partir deste e embasados na Legislação e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil como estudos para aprofundar.

Na construção do Projeto Político Pedagógico a parte mais tranqüila foi o histórico e memória da comunidade escolar, caracterização do público atendido, organização dos espaços, objetivo geral e específicos da Instituição e organização dos recursos humanos, o histórico e memória da comunidade escolar foi feito um estudo da antiga Instituição e o perfil da comunidade atendida. Para a caracterização do público atendido foi necessário fazer levantamento nas fichas de matrícula dos alunos; na organização do espaços também foi bem tranqüilo, pois é algo que não denota discussões.

O objetivo geral e os específicos foram ao encontro das diretrizes curriculares, foi na filosofia da escola que tivemos as primeiras discrepâncias, pois alguns docentes mais tradicionais prezavam muito em deixar na filosofia da escola a mensagem educativa, já outros citavam a importância de abordar sobre valores e

respeito a diversidade e por fim, outros ainda colocavam que o cuidar e o educar andam juntos na educação infantil, após muitas discussões finalizamos a filosofia da escola assim:

*“ A Escola tem por interesse uma educação pautada no respeito à individualidade de cada um, mediando uma relação entre o ensinar e o aprender que contemple os conteúdos formais através de uma ação pedagógica que proporcione o desenvolvimento da criança em todos os aspectos, observando todas as fases da infância, favorecendo assim a construção do conhecimento, da identidade e da autonomia de cada sujeito. Parte do princípio de que o cuidar e o ensinar são tópicos de uma mesma linha de trabalho que tem como prioridade o bem estar do educando em sua globalidade.”*

Acreditamos que após muitas discussões tivemos um avanço significativo em ver o resultado final da filosofia da escola, pois no corpo da mensagem se vê de forma integrada todas as linhas de trabalhos de forma democrática e com a finalização única.

Quando fomos abordar os princípios de convivência também tivemos alguns obstáculos dentre eles que o Regimento já tinha as normas e que o PPP. em tese concordaria com tal documento, então por mais que o grupo contribuísse com idéias para melhorias tínhamos amarrado ao Regimento certas normas.

Na parte da avaliação novamente, tivemos novas amarradas ao Regimento escolar, o grupo sugeriu que a entrega de parecer fosse semestral, pois na educação infantil os avanços e as ausências ocorrem de forma gradativa e para ter uma observação mais cautelosa o parecer semestral teria maior embasamento, todos os quatorze docentes concordaram, mas no regimento da escola, avaliação ou seja, a entrega de parecer esta prevista para ser trimestral.

Cabe salientar que o Regimento interno da escola é um documento elaborado e outorgado pela secretaria municipal de educação do município. Sobre a matrícula dos alunos foi sugerido pelo grupo que fosse respeitado o que dizem as diretrizes curriculares no que refere a proximidade dos alunos da escola, pois temos muitos alunos de bairros distantes o que ocasiona na infrequencia das crianças, mais uma vez, a escola não possui autonomia para tal decisão, tendo em vista que o processo seletivo de inscrição e matrícula obedece às normas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação e que o processo seletivo não passa pela escola.

As partes sobre organização administrativa e pedagógica nos trouxeram muitas reflexões, pois nessa faixa abordada também tivemos muitas polêmicas e discussões, cada segmento entendia sua atribuição de uma forma, na educação infantil conforme a legislação vigente no município, a organização dos grupos das crianças leva em consideração o espaço físico, permitindo a seguinte relação criança/adulto e criança/professor:

- De 0 a 2 anos, até no máximo 06 crianças por adulto e 18 por professor;
- De 03 anos, até no máximo 10 crianças por adulto e 20 por professor;
- De 04 a 05 aos, no máximo 15 crianças por adulto e 25 por professor.
- Entende-se por adulto o atendente de educação infantil.

O cargo de atendente de educação infantil é recente no município, então suas atribuições ainda são questionadas pelo próprio segmento, dentre elas sobre as trocas de fraldas e auxílio da higienização das crianças, os atendentes questionam que as trocas também devem ser feitas pelos docentes, outro questionamento é sobre os atendentes ficarem em sala com os alunos sem os docentes, tendo em vista que nos horários, das 7h as 8h, 12h as 13h, e das 17h as 18h os atendentes ficam com alunos sem a presença dos docentes, pois o horário de concurso público dos professores é das 8h as 12h e das 13h as 17h.

Então, para embasar e minimizar os conflitos nos baseamos no edital de concurso, tendo em vista, que o grupo da escola é todo vindo do concurso público de 2011, o edital nos norteou para elaborar com bastante fundamentação o que era função de cada segmento, no que tange as atribuições dos atendentes de educação infantil. Além de abordar as atribuições dos atendentes de educação infantil, abordamos também as atribuições dos demais segmentos.

A reunião com o conselho escolar também ocorreu de forma muito tranqüila em concordância com todos os diálogos construídos com os demais grupos.

A última reunião com os segmentos serviram para a construção do questionário para ser aplicado nas famílias e a partir deste visualizar situação socioeconômica, perfil da comunidade (participação), composição do grupo familiar, projetos de interesse das famílias. Este foi aplicado pela equipe diretiva e analisado pelo conselho escolar, foi de suma importância para constar no PPP.

Foi por meio desta pesquisa que também traçamos o público alvo atendido, composição familiar, pois quando trabalhamos datas comemorativas na escola sempre há polemicas, exemplo alguns docentes acham que não devemos

comemorar dia das mães, devido às novas organizações familiares, já outros acham que devemos, pois é uma data que a mídia divulga muito.

Então, através do questionário pode se perceber o que é de preferência das famílias, para a surpresa mesmo aquelas famílias com grupo distintos de composição familiar apontaram que tinham interesse que a escola trabalhasse dia das mães e pontuaram outras datas e projetos de interesse, desde que iniciamos as atividades na escola tínhamos algumas problemáticas que foram sanadas com o resultado da pesquisa, pois nem sempre o que decidimos como escola com o grupo é o que se tem de melhor para as famílias. Segundo Rojo (1997):

A ação comunicativa é uma ação eminentemente interativa, nasce do coletivo, da equipe. Essa ação não pretende garantir a eficiência a qualquer custo, não é individualista, não persegue o êxito, mas, ao contrário, é uma ação dialógica, vitalista, que emerge do mundo vivido. Essa ação nasce da situação e lhe oferece saídas. É comunitária, busca o entendimento, persegue a negociação, o acordo; busca o consenso; é axiológica porque acredita na validade das normas discutidas. “Mansa na escuta e forte na tomada de decisões” (p. 32-33).

Assim, essa interação entre escola e família foram essenciais para a construção de uma proposta baseada na participação de todos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil no que tange a Organização de espaço, tempo e materiais a proposta pedagógica da Instituição deverá prever condições para o trabalho coletivo “ a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização”; “ O estabelecimento de uma relação afetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade”.

Desta forma o plano de intervenção serviu também para rever conceitos pré estabelecidos e fomentar novas ações para integrar as famílias na participação da elaboração do PPP.

Devido a SMED solicitar com prazo exíguo, a entrega do PPP. tivemos que interromper o processo de levantamento de dados dos questionários e dos demais tópicos do documento, os itens faltantes foram construídos de forma solitária entre equipe diretiva e pedagógica, para desta forma cumprir o prazo estipulado, então na data de 30 de julho de 2015 entregamos o PPP para a Diretoria da Educação Infantil.

### 3.1. DESAFIOS VIVENCIADOS

Até o ano de 2008 o município de Sapucaia do Sul disponibilizava apenas duas Escolas com a oferta da Educação Infantil, foi no período desta gestão que se teve a necessidade de suprir a demanda de alunos com a faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses. Atualmente Sapucaia do Sul tem quatro escolas de Educação Infantil em funcionamento legal e duas em tramites de finalização de obra e documentação.

Totalizando seis escolas municipais de educação infantil na rede de Sapucaia do Sul.

A mantenedora das escolas é a Prefeitura Municipal de Sapucaia, a qual designa a Secretária Municipal de Educação como representante legal no que se refere a Educação, a organização da SMED é duas diretorias a Diretoria de Educação Infantil – setor responsável pelas EMEIS e a diretoria das EMEFS. – setor responsável pelas escolas de ensino fundamental e EJA.

A realidade das EMEIS. Em Sapucaia do Sul, ainda, passa por um processo de transformação de forma muito gradual, nas quatro EMEIS. a infraestrutura das escola tiveram um avanço significativo e todos estão dentro dos critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Educação; mas a realidade pedagógica, administrativa, de autonomia para decisões educativas e democrática é outra. O pedagógico das EMEIs. ainda sofre aspectos culturais do assistencialismo, no qual, as antigas creches eram locais que auxiliavam mães trabalhadoras para cuidar de seus filhos, tanto os pais e também por vezes a própria SMED retrocedem ao avanço das escolas de educação infantil que hoje possuem o caráter educativo.

Exemplo disse se dá no dia-a-dia das escolas, os pais ainda nomeiam as profissionais da escola por “tias”, professoras concursadas e contratadas com nível de formação de mágistério, superior e por vezes com especialização e mestrado na área, a preocupação da maioria das famílias ainda é sobre o cuidado e alimentação de seus filhos, mas até então é entendível por se tratar de aspecto cultural e de pouca formação na área educativa, o que surpreende é a visão arcaída por vezes da própria SMED, algumas observações feitas na educação infantil em Sapucaia do Sul:

O horário de funcionamento, início letivo, recesso, férias e término letivo tem um diferencial das EMEFS, ou seja, o horário de atendimento das EMEIS. é das 7h as 18h, sem intervalo, não há recesso no meio do ano e as férias dos alunos são de trinta dias, tendo em vista, a preocupação sobre aonde as famílias trabalhadoras deixaram seus filhos no período de recesso ou férias mais extensas, enquanto tivermos essa preocupação “aonde ficaram as crianças enquanto os pais trabalham?” continuaremos sendo instituições de caráter assistencial.

O ingresso de alunos (crianças) nas EMEIS. se dá de forma de processo seletivo por meio de edital, elaborado pela Diretoria de Educação Infantil e expedido pelo Mantenedor, tal documento estabelece critérios e documentação para concorrência de vaga na Educação Infantil, o que difere da legislação do próprio Sistema de ensino de Sapucaia do Sul, constituição e das Diretrizes Curriculares, de acordo com o art.3º da Constituição de 1988: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

É dever do estado com a educação oferecer o acesso e permanência dos alunos na escola sem distinção de forma gratuita nas Instituições de ensino público no âmbito do ensino municipal, ainda, o atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças, ainda, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil nas definições: É dever do estado garantir a oferta de educação infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção, a partir do momento que há um processo seletivo para ingresso, mesmo que tenha sido elaborado com intuito de priorizar as camadas da população mais carente, difere das Diretrizes e da própria Constituição.

O regimento escolar das EMEIS é aprovado pelo Conselho Municipal de Educação que é o órgão consultivo, normativo e deliberativo na área de educação no âmbito do Município de Sapucaia do Sul conforme Lei Orgânica nº 2542/2003.

No que se refere a Educação Infantil são competências do CME.:

I – baixar normas complementares para o Sistema Municipal de Educação;

IV – analisar, cadastrar e arquivar os regimentos da educação infantil;

V – autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino;

VI – autorizar a desativação, ativação ou extinção de estabelecimentos de ensino.

A aprovação está dentro das competências do CME., mas o que entende se por retrocesso administrativo e democrático é que existe um regimento padrão elaborado pela Diretoria de Educação Infantil e que este é encaminhado para o CME. as EMEIs. não constroem com sua comunidade ou nem ao menos participam da construção do documento que rege todas as normas de funcionamento da Instituição, o que de certa forma minimiza a autonomia das Instituições junto as suas comunidades escolares.

A partir do regimento as EMEIs. elaboram os seus projetos, políticos pedagógicos, mas como tal documento é a explanação do regimento, por vezes limita diversas construções e este também passa por aprovação da Diretoria da Educação Infantil.

Portanto todos os aspectos pontuados foram desafios vivenciados para a construção do Projeto Político Pedagógico da Instituição.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

O Projeto de Intervenção teve inicio apenas como uma tarefa do curso de Especialização em gestão escolar, mas ganhou uma proporção tão grande na Instituição que por meio deste estamos obtendo avanços significativos no âmbito escolar.

A partir do plano foi necessário cumprir o cronograma estabelecido para conversas, reuniões coletivas, atendimentos individualizados, observações e levantamento de dados, o que teve um início meio despretensioso, mas de tanto buscar integrar o grupo, não somente a equipe diretiva, mas também a pedagógica, percebemos a integração dos diversos segmentos e participação efetiva.

Em todos os encontros obtivemos muitos diálogos, por vezes, fora de foco no assunto principal, discordâncias, alguns momentos de discussões não tão

agregadoras, mas com participação de todos, o que reflete que tivemos um avanço real.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico nos trouxe uma reflexão significativa de como é difícil a democracia, pois para tanto é necessário abrir mão de aspectos culturais, ponto de vistas e por vezes valores inseridos em cada um e isso denota maturidade e principalmente nos faz pensar como escola, pois ainda, vivenciamos em pleno século XXI instituições com amarras e sufocadas por um sistema de ensino que por vezes limitam a sua autonomia e a vivência da democracia.

Devido a solicitação de entrega do Projeto Político Pedagógico de forma apressada no final de julho de 2015 via SMED, finalizamos de maneira solitária, entre equipe diretiva e pedagógica os itens faltantes: metodologia, currículo, adaptação e esses seguiram orientações do regimento escolar. A realidade das escolas municipais de educação infantil de Sapucaia do Sul é de um retrocesso da democracia no âmbito escolar, pois há centralização nas decisões o que ocasiona pouca autonomia nas escolas, exemplo disso foi a interrupção do processo de construção coletiva do PPP, pois a Instituição estava tendo grandes avanços, em que o grupo estava participando e por uma questão de prazo, tivemos que entregar um documento fragmentado parte elaborado democraticamente e outra em gabinete fechado.

Ainda de forma mais arbitrária a entrega documental refere se a aprovação do documento, portanto o PPP passa por análise, após trinta dias tivemos o retorno da SMED com carimbo de validade.

Enfim, como os avanços foram reais, iremos aproveitar a proposta e daremos continuidade no processo de reconstrução do PPP para o ano de 2016, concluiremos o levantamento de dados dos questionários e aproveitaremos o mesmo para ser aplicado nos novos alunos.

E quem sabe, com esse prazo maior conseguiremos concluir o processo sem finalizar em gabinetes fechados para cumprir prazos de um sistema falho de ensino que minimiza e por vezes, limita a democracia e a construção coletiva de uma

proposta que tem tudo para avançar na busca de uma educação pautada na qualidade do ensino.

## REFERÊNCIAS

**BASTOS**, João Baptista. **Gestão Democrática da educação e da escola pública em Práticas quotidianas: Questões Teóricas e Metodológicas da Pesquisa**. In: **GARCIA, R. L. & SERRALHEIRO, J. P. (Orgs.) Afinal onde está a escola?** Porto: Profedições, 2005.

**CERTEAU, M.** A invenção do cotidiano, v.1. Petrópolis: Vozes, 2009  
Faculdade de Educação da UFRGS. “ **Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais**”. In Silva, Tomaz Tadeu & Gentili, Pablo (orgs). Escola S.A..Brasília: CNTE, 1996.

**FONSECA, C.** Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: **RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A. C. T. Famílias em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

**FREIRE, Paulo.** **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.  
\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**PARO, Vitor Henrique.** O conselho de escola na democratização da gestão escolar. In: Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001. p. 79-89.

**VEIGA, Ilma P.A** “ Escola, currículo e ensino”, In. I.P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org). escola fundamental: Currículo e ensino, Papirus 1991.

Acesso: 01/11/2015 <http://www.portalsas.com.br/portal/pdf/Diretrizes-Curriculares-Nacionais-para-a-Educacao-Infantil.pdf>

Acesso:02/11/2015 [http://www.ifsertao-pe.edu.br/salgueiro/images/PPP/texto\\_sobre\\_ppp\\_da\\_escola\\_uma%20construcao%20coletiva\\_ilma%20veiga.pdf](http://www.ifsertao-pe.edu.br/salgueiro/images/PPP/texto_sobre_ppp_da_escola_uma%20construcao%20coletiva_ilma%20veiga.pdf)

APENSO

Questionário elaborado para ser aplicado nas famílias

**Especialização em Gestão Escolar – UFRGS**

**Aluna: Janaína de Mattos**

**Orientador: Cleusa Conceição Terres**

**Questionário de Pesquisa**

**Interesses das famílias e alunos da EMEI. Mara Mattos**

**Renda familiar aproximada?**

- 0 a R\$ 500,00  De R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00  De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00  
 De R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00  De R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00  Acima de R\$ 5.000,00

**1. Nível de escolaridade dos pais?**

- Fundamental incompleto  Fundamental completo  Ensino Médio Incompleto  
 Ensino Médio Completo  Ensino Superior incompleto  Ensino superior completo  
 Pós Graduação e outros

**2. Grupo familiar?**

- mãe e filho  mãe, pai e filho  avó e filhos  pai e filhos  outra composição

**3. Média de idade da família (pais)?**

- 18 a 25 anos  25 anos a 35 anos  35 anos a 45 anos  45 anos a 55 anos  Acima de 55 anos

**4. Idade do filho matriculado na escola?**

- 0 a 2 anos  2 anos a três  3 anos a 4 anos  4 anos a 5 anos

**5. Qual a importância da tecnologia nos dias de hoje...**

- Sem importância  Necessária  Fundamental

**6. Quais as datas relacionadas a família que tens interesse que a escola trabalhe:**

- Dia das mães  Dia da família  Dia dos pais  Dia dos avós  Outros.  
Quais? \_\_\_\_\_

**7. Concorda que a escola trabalhe de forma lúdica o halloween?**

- Sim  Não

**8. Quais as datas que tens interesse que a escola trabalhe:**

- Páscoa  São João  Farroupilha  Natal

**9. Quais os projetos que tens interesse que sejam desenvolvidos no ano:**

- Valores  Alimentação saudável  A importância da família  Higiene e cuidados

**10. Qual a preferência e horários para reuniões, entrega de pareceres e confraternizações?**

- Durante o turno integral 8h as 17h  Das 17h as 19h  Das 18h as 20h

## ANEXOS

Lâminas utilizadas na Formação sobre PPP



## FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

29/05/2015

Lâmina I

## ATOS LEGAIS

Atos Legais: Lei Municipal de Criação, designação e denominação nº 3202/2010. Parecer do CME. Nº 140/2014 de credenciamento e autorização de funcionamento para oferta de Educação Infantil.

Lâmina II

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

A EMEI Mara Mattos foi criada através de Municipalização, escola comunitária e filantrópica, foi Municipalizada no ano de 2013 e teve início de suas atividades no dia 04.04.2014, dependência pública municipal, localizada na Rua Alfredo Scharlau, 506 – Sapucaia do Sul-RS; tem como modalidade de ensino a etapa de Educação Infantil (0 a 5 anos e 11 meses), a Comunidade fica localizada em um bairro fechado com característica de trabalhadores com situação de baixa renda; atualmente atendemos 204 crianças.

Lâmina III

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Veiga:

O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o projeto político-pedagógico constitui-se em uma tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A estes cabe o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, contando com a valiosa participação de todos.

Lâmina IV

## OBJETIVO GERAL

Construir uma proposta coletiva de PPP, elaborando hipóteses e tentativas de pesquisas e entrevista para que as famílias participem ativamente da construção, desta forma sujeitos da educação.

Lâmina V

Onde estamos? (Realidade)

Onde queremos chegar? (Meta e estratégias de trabalho em prol do desenvolvimento do aluno)

Lâmina VI

Lâmina VII

### ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PPP

1. IDENTIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"><li>• mantenedora, nome, endereço, etc.</li></ul>	
2. INTRODUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação do documento, contextos e de seus principais elementos</li></ul>	
3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fundação, características, marcos históricos, etc.</li></ul>	
4. DIAGNÓSTICO/MARCO SITUACIONAL	<ul style="list-style-type: none"><li>• apresentação da percepção coletiva da instituição e seu contexto</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• dimensões e respectivos indicadores, elencados a partir de concepções delineadas</li></ul>
5. FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS, DIRETRIZES	<ul style="list-style-type: none"><li>• Concepções norteadoras/base legal da função da escola e da ação educativa, currículo e conhecimento, desenvolvimento e aprendizagem</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Gestão da instituição, das relações, tempos e espaços</li><li>• Currículo</li><li>• Avaliação</li><li>• Etapas, e modalidades</li></ul>
6. ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO	<ul style="list-style-type: none"><li>• organização do percurso escolar e enturmação dos estudantes</li><li>• organização do ensino</li><li>• planejamento da gestão e da ação educativa</li><li>• organização da equipe multiprofissional</li><li>• organização do ambiente físico</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cidos, anos, etapas, séries?</li><li>• Agrupamentos permanentes, turmas de ano/série, flexibilizações?</li><li>• lista de conteúdos, tema gerador, complexos temáticos, redes temáticas, projetos?</li><li>• Docentes, pessoal de apoio à indução, nutrição, higienização?</li><li>• Salas ambiente, salas de turmas?</li></ul>

### Aplicação do questionário nas famílias

#### Pesquisa-ação pode ser considerada:

Uma abordagem de pesquisa com característica social, associada a uma estratégia de intervenção [...] parte do pressuposto de que pesquisa e ação podem estar reunidas; [...] pode ter por objetivos a mudança, a compreensão das práticas, a resolução de problemas, a produção de conhecimento e/ou melhoria de uma situação dada, na direção proposta pelo coletivo; Deve se originar de necessidades sociais reais, [...] contar com a participação de todos os participantes, em todas as suas etapas; [...] deve ter procedimentos flexíveis, ajustar-se progressivamente aos acontecimentos, [...] se auto-avaliar durante o processo; (p.496)

Lâmina VIII

Lâmina IX